

AS FUNDAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS DA TURISMOLOGIA

Elio Chaves Flores¹

“Um dia será necessário fazer um estudo antropológico sobre esta estranha criatura, o turista, uma espécie gerada pela facilidade de comunicações e da qual se nutre uma indústria crescente. Como o sertanejo, o turista é antes de tudo um forte.”

Moacyr Scliar, *Dicionário do viajante insólito*².

“Odeio as viagens e os exploradores. E eis que me preparo para contar minhas expedições. Mas quanto tempo para me decidir! Quinze anos passaram desde que deixei o Brasil pela última vez, e, durante todos esses anos, muitas vezes planejei iniciar este livro; toda vez, uma espécie de vergonha e de repulsa me impediram. E então? Há que narrar minuciosamente tantos pormenores insípidos, acontecimentos insignificantes? (...) Entretanto, esse gênero de relato encontra uma aceitação que para mim continua inexplicável. A Amazônia, o Tibete e a África invadem as lojas na forma de livros de viagem, narrações de expedição e álbuns de fotografias em que a preocupação com o impacto é demasiado dominante para que o leitor possa apreciar o valor do testemunho que trazem.”

Claude Lévi-Strauss, *Tristes trópicos*³.

Introdução

O conhecimento científico que se produz no tempo presente não pode prescindir do legado cultural que possibilitou as estruturas das revoluções embrionárias da modernidade. Um conhecimento novo herda, pelo menos, as dúvidas e as respostas insatisfatórias daquele que foi capaz de superar. Essa idéia de superação não pode deixar de considerar os próprios mitos que a modernidade criou para explicar fenômenos laicos, profanos e mundanos, sem apelo a quaisquer divindades: a neutralidade axiológica das ciências, a isenção dos pesquisadores em relação aos fatos e a governabilidade em torno dos interesses coletivos. Penso que se deve partir da hipótese de que aquilo que deveria ser (no campo da ciência, da história e da política) pode se processar na dialética das necessidades e dos antagonismos sociais. Por conhecimento novo entende-se a turismologia, vista como a ciência

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História e Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba.

² SCLiar, Moacyr. *Dicionário do viajante insólito*. Porto Alegre: LP&M Editores, 1995.

³ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1955].

social das viagens que, para fazer avançar a prática turística, necessita de aportes teóricos de outras ciências. O diálogo proposto com a historiografia tornaria possíveis novas pesquisas sobre o legado patrimonial e as heranças históricas. Os estudos e análises sobre a cultura política e suas relações com as conjunturas econômicas permitiriam compreender os limites e as possibilidades do planejamento e da gestão das políticas públicas. A dimensão teórica desse trabalho tem como pressuposto pensar historicamente o turismo no Nordeste oriental (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas) considerando a gestão patrimonial e a educação dos sentidos. Desse modo, pretende contribuir para os estudos turismológicos numa época de dramáticas sensibilidades históricas para a economia política do Nordeste brasileiro.

A ciência nova e os destinos científicos

A ciência interessada tem sido uma vocação para aqueles que sabem separar a pesquisa e o ensino da ideologia, da política e do proselitismo. Podemos dizer que ciência, ideologia e política são três fenômenos calculáveis, historicamente datados, passíveis de interesses e paixões, mas apenas a ciência tem a sua radicalidade na razão, na dúvida sistemática diante da tradição e dos costumes de que uma determinada sociedade construiu para si mesma. Por isso, as ciências humanas não poderiam deixar de abraçar esse gosto emotivo pelo futuro e acolher com agrado a ciência nova que habita entre nós, a ciência do turismo. Seria preciso reconhecer que a cientificidade e a disciplinaridade, no âmbito dos estudos turísticos, já possuem uma maturidade de, pelo menos, duas décadas. As próprias denominações para a ciência nova, teorologia, turismologia e ciência social das viagens ainda não estão completamente assentadas, fora do mundo acadêmico. Também seria preciso reconhecer que, ao contrário da geografia e da economia, a contribuição da história ou mesmo a aproximação epistemológica dos historiadores com os turismólogos ainda é muito restrita.

A contribuição dos historiadores à ciência do turismo não pode ser menos do que ocorreu com a revolução historiográfica do século 20 que se apropriou dos métodos etnográficos (etnologia, etnografia e antropologia) para inventar a história cultural ou, como se reconhece mais recentemente, a história social da cultura. A dívida é impagável, embora ainda existam aqueles que se sentem um tanto constrangidos com as categorias de análise da galáxia estruturalista e dos fundamentos edificantes da vida cotidiana balizados pelo capitalismo, um modo de produção simplesmente burguês e rigorosamente refratário ao passado. Ora, o turismo não deixa de ser o filho pródigo de Cronos não podendo, portanto, ser devorado, posto que somente ele poderá festejar a arqueologia histórica, as antiguidades oriental, africana, européia e americana, os medievos por toda a parte, as modernidades barrocas e revolucionárias, as contemporaneidades profiláticas, enfim, a paisagem inconsútil de um mundo à deriva de si mesmo, amarrado apenas pela história. Mas essa história sem o historiador seria apenas caos e imensidão, infinitude procrastinada, sem sentido como diria Max Weber. Ruínas em duração, corpos decompostos à espera de biografias, revoluções patrimoniais, memórias sociais, volições científicas: eis as dimensões mais caras

de uma ciência nova que não pode prescindir da história para se legitimar perante a sua própria reflexão.

Assim, a pesquisa histórica, que se renova a partir de contextos historiográficos específicos, torna-se pertinente à turismologia quando consegue elucidar os saberes históricos produzidos por homens e mulheres no tempo. Com efeito, os saberes e práticas históricas podem ser difusos e um tanto caóticos para os profissionais e cientistas do turismo. Por isso mesmo, a apropriação de um pensamento histórico calcado na experiência da prática social requer procedimentos teóricos e metodológicos coerentes com o que se pode chamar de patrimônio historiográfico (historiografias clássica e contemporânea).

Quais seriam os primeiros postulados de uma ciência nova no campo do conhecimento contemporâneo? Ciência nomotética ou ciência idiográfica? Ciência da natureza ou ciência do espírito? Se essas antigas divisões do conhecimento ainda valerem alguma coisa, poderíamos compreender a Turismologia como ciência da realidade, das realidades particulares, sendo, portanto, uma ciência do *ethos* (costumes, hábitos, identidades) e não exatamente do *logos* (leis, proposições, regularidades). O resultado disto chamar-se-ia então Turismografia. Mas a questão não é o nominalismo que, a rigor, afirma-se no decurso dos anos e não pela teimosia neologista de um determinado pesquisador. O que é mesmo visceral é a enorme tarefa teórica e metodológica de se pensar o turismo historicamente. Para isso é necessário que se coloquem à disposição aportes científicos de outras ciências mais usadas em anos.

Nesse caso, as contribuições sociológicas, antropológicas e historiográficas para a formação e estruturação de uma ciência nova, que tem como pressuposto os fundamentos e os saberes da prática turística, não podem ser descartados. Uma ciência, vale dizer, um saber teórico e metodologicamente especializado supõe não simplesmente projetos, práticas e fazeres cotidianos; mas, antes de tudo, a elaboração de um pensamento racional (metodizado), que somente pode se mostrar inteligível pela narração do que se pesquisou. Ninguém viaja se não tiver algum interesse e a viagem está para o turismo assim como o tempo está para a história: partir, chegar; ficar, ver, escutar, sentir; contextualizar, contemporizar, memorizar; voltar, contar, dizer, narrar, encantar, enfim, tornar-se sujeito do seu próprio ócio.

Começemos, pois, pelo mais fácil: pensar historicamente o turismo não pode ser possível sem a referida problematização, verificação de hipóteses e a construção da republicanidade da própria pesquisa, isto é, os resultados devem ser públicos e devem se somar aos bens coletivos da comunidade.

Parto do pressuposto de que tanto o operador de turismo (o guia de turismo, por exemplo) quanto o turismólogo (o pesquisador, por exemplo) se apropriaram de um pensamento histórico coerente, por isso, passo a considerar que ambos trabalham o turismo como ciência – otram no turismo, logo pensam o turismo. Nesse caso, o argumento de Karl Marx parece-me elucidativo do prazer científico, um tanto raro nas faculdades e universidades brasileiras:

“Posto que também sou cientificamente ativo, uma atividade que raramente posso realizar em comunidade imediata com outros, então

sou ativo socialmente porque o sou enquanto homem. Não apenas o material da minha atividade - como a própria língua na qual o pensador é ativo - me é dado como produto social, a minha própria existência é atividade social; por isso, o que faço a partir de mim, faço a partir de mim para a sociedade, e com a consciência de mim como um ser social."⁴

Essa notável análise do jovem Marx, então com 26 anos, torna-se tão atual na medida em que o turismólogo não pode deixar de considerar afetividades e fruções científicas (tempos e lugares) em que a própria ciência do turismo não prescinde do processo ressurreicional da natureza, o ambientalismo dos movimentos sociais, ou, nas palavras calcinantes de Marx, "o humanismo da natureza levado a efeito". Por isso, as teses marxianas, sobre a sociedade capitalista e suas contribuições à crítica da economia política, são imprescindíveis à turismologia e aos profissionais da prática turística.

Os profissionais do turismo deveriam ler *O Capital*, a principal obra de Karl Marx? Não vou responder peremptoriamente senão demonstrar uma dose de realismo no campo das ciências sociais e, especialmente, na história. A nova geração de pesquisadores (falo do Brasil) está demasiadamente distante do marxismo clássico e, por isso mesmo, cai, muitas vezes, num viés culturalista estéril. Para a ciência do turismo não resvalar na vala comum da inocência epistemológica penso que, além dos *Manuscritos*, acima citado, outros escritos clássicos seriam fundamentais, havendo boas traduções em português⁵.

Do ponto de vista biográfico, não se deve esquecer que Karl Marx (1818-1883) morou na Inglaterra entre 1849 e 1883 sendo, portanto, contemporâneo de Thomas Cook (1808-1892), o pregador batista responsável pela transição do turismo romântico para a economia turística. Com efeito, sempre exilado e viajante compulsório, Karl Marx nunca foi turista, suas inúmeras viagens foram situações de atavismo revolucionário junto aos trabalhadores e seus órgãos associativos. Thomas Cook, pelo contrário, ao realizar as primeiras viagens de lazer para os operários ingleses, visava afastá-los dos vícios, das bebidas e dos conflitos com os capitalistas e com a repressão burguesa. Decerto que são duas atitudes de salvação - política e religião - somente explicadas pela simultaneidade dos tempos sociais da Era Vitoriana (1837-1901), na duração das utopias revolucionárias e das crenças no futuro.

No que concerne à historiografia contemporânea, isto é, aquela cujos grandes historiadores ainda estão vivos ou desapareceram nos últimos 25 anos, as contribuições mais significativas recaem nos escritos de Fernand Braudel e de Eric Hobsbawm. A opção por esses historiadores, e não por quaisquer outros, está

⁴ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 107, grifos do autor.

⁵ *A Ideologia Alemã e as Teses sobre Feuerbach* (1845-1846); *A Miséria da Filosofia* (1847); *Manifesto Comunista* (1848). Dado que a prática turística é originária das tensões dos mundos do trabalho e do capital e, por consequência, das hierarquias sociais e espaciais das sociedades capitalistas e burguesas, sugiro também o pequeno (em volume) e excelente (em conteúdo) livro de Leandro Konder, *Os sofrimentos do homem burguês*. Ver: KONDER, L. *Os sofrimentos do homem burguês*. São Paulo: Editora Senac, 2000.

seguramente assentada no fato de que, independente de seus lugares epistemológicos na ciência da história (pesquisa e ensino), eles são representativos dos grandes debates historiográficos - capitalismo, revoluções, cultura material e modernidade – no decorrer da segunda metade do século 20. Portanto, passo a seguir, a discorrer sobre suas principais aflições e resoluções e no que, a meu ver, eles têm de mais singulares para os itinerários científicos entre historiografia e turismologia.

Temporalidades e cultura material

O francês Fernand Braudel (1902-1985) pretendeu explicar a história por aquilo que chamou de vida material, civilização material ou cultura material. São expressões bastante elucidativas para o profissional do turismo que precisa lidar com o patrimônio material e a frágil duração humana. Braudel deu por título a uma de suas principais obras o nome de *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, cuja divisão em três volumes dá conta de uma grandiloquente história moderna e contemporânea: as estruturas do cotidiano, os jogos das trocas e o tempo do mundo.⁶ Herdeiro de uma escola historiográfica (os *Annales*) que, justamente com ele, tornar-se-ia uma tradição histórica contemporânea, a história social, Fernand Braudel vinha, desde que escreveu a sua tese no final de década de 1940, construindo um novo modelo explicativo para o tempo histórico. Braudel superou, de fato, a concepção cronológica da história política que contava os eventos a partir de datas sucessivas num ritmo mais ou menos previsível de causa e efeito. Para ele, há tempos históricos, durações existenciais, temporalidades que se entrecruzam e aí estão homens e mulheres que fazem e sofrem a história.

Braudel pensa primeiro uma história de tempo extensivo (longa duração) que se transforma lentamente sem que os viventes percebam exatamente essas mudanças. Esse conceito parecia agradar Braudel: uma história quase imóvel (ele repetirá várias vezes) cujos ciclos são incessantemente recomeçados, como se olhássemos no horizonte a imensidão das águas oceânicas sem as tempestades ocasionais. Acima dessa história, outra mais ritmada pelas forças das profundezas sociais e econômicas, uma história social, dos grupos, agrupamentos e das classes. O historiador continua usando a metáfora das águas para explicá-la melhor: as ondas revoltas que vêm do fundo e que levantam o conjunto da vida. Essas ondas são as economias, os Estados, as sociedades, as civilizações, as matrizes culturais. Um andar acima, a história dos acontecimentos, mais política, mais apaixonada, na dimensão do indivíduo e de seus interesses e necessidades imediatas. Para Braudel, essa dimensão histórica, sendo a mais apaixonante, mais breve, também seria a mais rica em humanidade e, por isso mesmo, a mais perigosa e nervosa. Voltemos à imagem das águas dos oceanos: uma agitação de superfície na qual se percebe as espumas flutuantes que as marés elevam em seu poderoso movimento de cheias e vazantes. Esses três níveis escalonados - geohistória, história social e história ocorrencial - vistos pela duração poderiam ser compreendidos por uma

⁶ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. 3 Vols. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

multiplicidade de tempos assim sintetizados: tempo geográfico, tempo social e tempo individual⁷.

Pesquisar e ensinar para os jovens, transpor a ciência para as urgências e exigências da juventude, era uma preocupação de Fernand Braudel. No início da década de 1960, ao escrever um manual para alunos que estavam iniciando os estudos universitários, Braudel preconizava “*desfilar a história como uma lanterna mágica*” onde era necessário descobrir a perspectiva, “*a realidade do tempo vivido, as direções e significações que ele implica, as sucessões que, marcando-o, o balizam e lhe dão uma primeira fisionomia reconhecível*”. Contar e narrar a história seria, portanto, ensinar a olhar as paisagens no tempo, as vistas de conjuntos humanos, as palavras apropriadas para cada ciência:

*“ao lado da aprendizagem do tempo, impõe-se igualmente a aprendizagem do vocabulário: aprender a jogar com as palavras, de maneira precisa, as abstratas e as concretas... Com as noções-chave: uma sociedade, um Estado, uma economia, uma civilização. (...) E parece-me necessário que, aos dezoito anos, nossos jovens estejam iniciados nos problemas atuais da economia e sociedade, nos grandes conflitos culturais do mundo, na pluralidade das civilizações.”*⁸

Esse programa braudeliano parece ainda vigoroso meio século depois. Uma ciência nova teria, de fato, as condições epistemológicas necessárias para levá-lo adiante.

A prática turística demonstra que as civilizações não morrem, são antes as sombras dos viventes, os percursos de homens e mulheres que viveram, que tiveram, fizeram e sofreram a história. Fernand Braudel, ao partir do princípio de que este conceito se define em relação às ciências humanas e aplicadas, dirá que as civilizações são espaços, sociedades, economias e mentalidades coletivas. Então seria o caso de delimitar esse último conceito para o contexto do turismo: “*Em cada época, certa representação do mundo e das coisas, uma mentalidade coletiva dominante anima, penetra a massa inteira da sociedade. Essa mentalidade que dita as atitudes orienta as opções, arraiga os preconceitos, inclina os movimentos de uma sociedade, é eminentemente um fato de civilização*”. De modo que heranças remotas, crenças, mitos e costumes se alojam no inconsciente coletivo, pois, “*esses valores fundamentais, essas estruturas psicológicas, são seguramente o que as*

⁷ BRAUDEL, Fernand. Prefácio. In: _____. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. Vol. I. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984, p. 9-14. Os rápidos argumentos contidos nesse prefácio, que data de 1949, receberiam mais tarde, no ano de 1958, um tratamento teórico mais elaborado no confronto intelectual entre Braudel e a antropologia estrutural, capitaneada por Claude Lévi-Strauss. Em defesa de suas posições, Braudel publicaria um texto que se tornou famoso, “*História e Ciências Sociais: a longa duração*”, e que marcaria a concepção braudeliiana de história para as gerações seguintes. Sobre os tempos da história, a história e outras ciências do homem e história e tempo presente, o autor publicaria uma importante coletânea de artigos no final da década de 60. Ver a tradução portuguesa em: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

⁸ BRAUDEL, Fernand. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 13-16.

*civilizações têm de menos comunicável em relação umas às outras, o que as isola e melhor as distingue*⁹.

Outra importante contribuição do historiador Fernand Braudel, que pode ser apropriada e confrontada pelas análises turismológicas recentes, seria o seu entendimento sobre o fenômeno do capitalismo, afinal, pelo que se sabe até agora, não há turismo fora do padrão capitalista de acumulação. Braudel pretendeu explicar as escalas do capitalismo (os mundos do dinheiro e do trabalho) a partir de três processos: 1) *a economia de mercado*, com seus mecanismos de produção, circulação, trocas de mercadorias e necessidades inventadas, consideradas “*realidades nítidas e transparentes*” como as bolsas, os bancos, as lojas, as fábricas, as feiras. Foi diante desse espetáculo privilegiado que teria começado “*o discurso constitutivo da ciência econômica*”; 2) *a vida material ou civilização material*, seria uma zona de opacidade que se estende sob o mercado como uma atividade de base, rente ao chão, cujo volume na economia parece ser fantástico, à margem das estatísticas e dos censos. Seria preciso creditar à parte informal da economia, da troca dos produtos e dos serviços, uma enorme quantidade de “ *fatos miúdos que quase não deixam marca no tempo e no espaço*”; 3) *o capitalismo de exceção*, acima dos demais, erguendo-se através de hierarquias sociais ativas, como os grandes empresários, exportadores, financistas, investidores, enfim, um capitalismo sempre multinacional nas suas entranhas. Essas hierarquias sociais ativas, segundo Braudel, fazem vacilar a ordem estabelecida, criam anomalias e turbulências e “*têm maneiras muito suas de tratar de seus assuntos*”¹⁰. Esse último capitalismo fascina Braudel pelo seu grau de monopólio, pela crueldade de sua própria prosperidade. Mas parece ser o fenômeno da cultura material aquilo que mais se presta para a ciência da história e, não menos para a ciência do turismo. Com efeito, Braudel faz um comovente apelo para que nenhum pesquisador esqueça do fundamento básico da ciência que abraça:

*“Vida material são homens e coisas, coisas e homens. Estudar as coisas - os alimentos, as habitações, o vestuário, o luxo, os utensílios, a definição de aldeia ou cidade -, em suma tudo aquilo que o homem se serve, não é a única maneira de avaliar sua existência cotidiana. Também o número dos que partilham as riquezas da terra faz sentido. (...) Perante estas realidades básicas, pouco falta para que tudo pareça secundário. O certo é que é das pessoas que temos de partir. Só depois poderemos falar das coisas.”*¹¹

A partir da concepção braudeliana de ver a história do capitalismo como marés sucessivas (fluxos e refluxos) e de uma Revolução Industrial que partiu a história dos homens (as rupturas revolucionárias), pode-se estabelecer os seguintes postulados para os estudos turismológicos: 1) o turismo de mercado tem como referenciais históricos as hierarquias sociais do dinheiro e do trabalho (o presente se apropria do passado); 2) o turismo material se consolida pelas orientações

⁹ BRAUDEL, *Gramática das civilizações*, p. 31-44.

¹⁰ BRAUDEL, *Civilização material...*, v. I, p. 11-14.

¹¹ BRAUDEL, *Civilização material...*, v. I, p. 19-20.

políticas e hierarquias das matrizes culturais, patrimoniais e memorialísticas (o presente celebra o passado); e, 3) o turismo excepcional do alto capitalismo constitui atividade exclusiva (monopolista) das elites patronais, detentoras das grandes fortunas, e das hierarquias estatais, responsáveis em parte pela venda da história (o presente esnoba o passado). Não seria demasiado lembrar que a prática turística, tal qual uma história renovada, não prescinde de realidades históricas e de realidades presentes, conforme disse Braudel. Com efeito, é sempre no tempo presente que as tábuas da verdade são escritas, as viagens começam e os retornos carimbados:

“Sairíamos do mundo encantado da história retrospectiva para irmos dar nas paisagens do presente que não temos que reconstituir: elas se oferecem ao nosso olhar em sua riqueza e sua confusão. Tal viagem nada teria de ilógico: a finalidade secreta da história, sua motivação profunda, não é a explicação da contemporaneidade?”¹²

Essa é uma questão de raiz para o turismólogo e para o operador do turismo: do tempo e espaço presentes (aqui e agora) para trás, da história para o patrimônio, da historicidade para a memória e não o contrário.

Historicidades modernas e revolucionárias

Eric Hobsbawm é um historiador inglês que por uma razão imperial nasceu em Alexandria, no Egito, em 1917, mesmo ano da revolução bolchevique que derrubou o império czarista russo. Contemporâneo dos grandes traumas históricos do século 20, Hobsbawm tornou-se um especialista na história do marxismo e revoluções sociais que marcaram a modernidade. Sua grande produção historiográfica coloca-o como um protagonista da história intelectual dos últimos 50 anos. Começaria a sua análise justamente a partir de uma de suas indagações, “o que a história tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea?”, num de seus brilhantes artigos. A resposta de Hobsbawm parece ser adequada a uma preocupação turismológica:

“Admito que, na prática, a maior parte do que a história pode nos dizer sobre as sociedades contemporâneas baseia-se em uma combinação entre experiência histórica e perspectiva histórica. É tarefa dos historiadores saber consideravelmente mais sobre o passado do que as outras pessoas, e não podem ser bons historiadores a menos que tenham aprendido, com ou sem teoria, a reconhecer semelhanças e diferenças.”¹³

¹² BRAUDEL, *Civilização material...*, v. III. p. 575. Para o turismólogo em formação que desejar um panorama mais contextual sobre as grandes discussões historiográficas do século 20, em torno de Fernand Braudel, sua escola e sua herança intelectual, dois livros de François Dosse são imprescindíveis. Ver. DOSSE, F. *A História em migalhas: dos Annales à nova história*. São Paulo: Editora Ensaio, 1992. DOSSE, F. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

¹³ HOBBSAWM, Eric. O que a história tem a dizer-nos sobre as sociedades contemporâneas? In: _____ . *Sobre História: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 36-48.

Não seria, na verdade, esse impulso cognitivo que o praticante do turismo quer experimentar quando viaja e foge de seu cotidiano supostamente inexorável? Encantar-se com as diferenças mais radicalmente humanas e se reconhecer, enternecido, numa continuidade histórica de experiências significativas da sua própria ancestralidade parece ser a utopia do cultivador do ócio, o turista. Na sua autobiografia, escrita nos primeiros anos do século 21, Eric Hobsbawm traça um mapa de suas viagens familiares e intelectuais. Ele abre o livro comentando uma antiga fotografia enviada por uma amiga quando ainda eram crianças no ano de 1922: “O passado é um país estranho, mas deixou suas marcas nos que o habitaram”¹⁴. Mas não basta revisitá-lo a partir da memória emotiva do historiador idoso que, inadvertidamente, deixa cair uma lágrima experiente naquela foto amarelada pelo tempo. Seria preciso mapear essa nação estranha e, então, o velho Hobsbawm escreve uma das passagens mais belas da historiografia contemporânea:

*“Sem esse mapa, como poderíamos seguir os caminhos de toda uma vida através de suas paisagens cambiantes, ou compreender o motivo e o momento em que hesitamos e tropeçamos, ou de que maneira vivemos entre as pessoas com cujas vidas as nossas se entrelaçaram e das quais dependiam? Essas coisas não esclarecem apenas as vidas individuais, mas o mundo inteiro.”*¹⁵

De fato, entre 1922 e 2002, oitenta anos se passaram e apenas a mente historiadora que sobreviveu o fim do século e viu de perto revoluções, impérios arruinados, colapsos econômicos, pôde testemunhar “a era mais revolucionária da história”.

Com efeito, não apenas a experiência histórica de Eric Hobsbawm, protagonista do século 20, é fundamental para a turismologia. A sua produção historiográfica é constituída por um conjunto de pesquisas que permite compreender os processos dos grandes deslocamentos populacionais, dos fluxos de capitais e da intensificação das práticas do capitalismo concorrencial, nas quais a indústria do turismo emergiu como uma invenção da própria modernidade. Nas temporalidades históricas estudadas, organizadas à base de uma trilogia narrativa, “era das revoluções, era do capital e era dos impérios”, Hobsbawm traça um grande panorama, um mapeamento de síntese das revoluções políticas, sociais e econômicas entre 1789 e 1914¹⁶. Um pouco mais tarde, ele escreveria um quarto volume sobre a

¹⁴ HOBBSAWM, Eric. *Tempos Interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 15. Na verdade, a frase citada por Hobsbawm, é uma leve modificação da grande tese de outro pesquisador inglês, D. Lowenthal, que na década de 80, sustentou a idéia de que o passado era um país estrangeiro. Para ele, a nostalgia tornou o país estrangeiro - obviamente o passado - o portador da indústria mais saudável de todas, a saber, a indústria turística. LOWENTHAL, D. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. Referindo-se aos Estados Unidos e à vulgarização da história a partir da explosão dos parques temáticos, Lowenthal emitiu uma crítica mordaz: “os atavios da história agora enfeitam o país inteiro”. Sobre a indústria da tradição e a exploração da nostalgia, ver: URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel; SESC-SP, 2001, p. 143-80.

¹⁵ HOBBSAWM, *Tempos Interessantes...*, p. 15-22.

¹⁶ As referências mencionadas daqui por diante constam nas várias edições brasileiras. HOBBSAWM,

avassaladora história do século 20, que considerou como uma era historicamente breve e extremada¹⁷. Devem também ser destacados os estudos de Eric Hobsbawm sobre a evolução da música negra americana, os sons jazzísticos do século 20 e, o traumático mito político das sociedades ocidentais, o nacionalismo¹⁸. De modo que essa historiografia parece-me praticamente obrigatória nos cursos de turismo, sem a qual a explicação histórica não passará de um conteúdo estéril e ausente das grandes polêmicas contemporâneas.

Importante para a prática turística é perceber os resultados do que Hobsbawm chamou de uma “dupla revolução” - a revolução burguesa (francesa) e a revolução industrial (inglesa) - que seria inaugural da modernidade política e econômica, de modo que “os deuses e os reis do passado eram impotentes diante dos homens de negócios e das máquinas a vapor do presente”. Mais espetacular ainda para a turismologia é perceber a dimensão histórica do desenvolvimento do turismo nos estertores do capitalismo concorrencial e comunicacional com o avanço das ferrovias. Com efeito, se, como disse Hobsbawm, a ferrovia é a filha das minas de carvão do norte da Inglaterra, pode-se dizer que o turismo é o filho primogênito das ferrovias. Com isso, as viagens se tornaram, mais do que uma necessidade intrínseca do mundo burguês e urbano, um sólido costume de descanso e ócio por alguns dias ou semanas. A narrativa de Hobsbawm impressiona pela beleza descritiva do processo:

“Nenhuma outra inovação da revolução industrial incendiou tanto a imaginação quanto a ferrovia, como testemunha o fato de ter sido o único produto da industrialização do século XIX totalmente absorvido pela imagística da poesia erudita e popular. (...) A estrada de ferro, arrastando sua enorme serpente emplumada de fumaça, à velocidade do vento, através de países e continentes, com suas obras de engenharia, estações e pontes formando um conjunto de construções que fazia as pirâmides do Egito e os aquedutos romanos e até mesmo a Grande Muralha da China empalidecerem de provincianismo, era o próprio símbolo do triunfo do homem pela tecnologia.”¹⁹

Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. HOBSBAWM, Eric. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁷ HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁸ Ver: HOBSBAWM, Eric. *História social do jazz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

¹⁹ HOBSBAWM, *A era das revoluções*, p. 59-69. A velocidade máxima praticada nas primeiras ferrovias era surpreendentemente rápida, pois, chegava-se até 60 milhas, 96 quilômetros, por hora. A maturidade técnicas dessas velocidades custou a ser superada e isso facilitou as viagens e os transportes, a aproximação entre cidade e campo, as regiões pobres às ricas e, no que concerne mais visceralmente ao turismo, separou de forma radical a espacialidade do trabalho e do lazer. Estima-se que, por volta de 1875, havia nos quatro continentes (Europa, Ásia, África e América) 62 mil locomotivas, 112 mil vagões de passageiros (transportando 1.371 milhões de passageiros), meio milhão de vagões de carga (transportando 715 milhões de toneladas de mercadorias).

Outra dimensão elucidativa para a compreensão do turismo moderno, pelo menos entre 1848 e 1875, é, sem dúvida, aquilo que Eric Hobsbawm chama de “*drama do progresso*”, cuja mentalidade mais duradoura no campo ideológico parece ter sido a inevitabilidade da ordem, a inexorabilidade da história e o dogma do trabalho. Tratava-se, com efeito, de um drama econômico e tecnológico com “*o ferro derramando-se em milhões de toneladas pelo mundo, estradas de ferro cortando continentes, cabos submarinos atravessando o Atlântico, a construção do Canal de Suez, as grandes cidades como Chicago surgidas do solo virgem do Meio-Oeste americano, os imensos fluxos migratórios*”. Mais do que uma metáfora do capitalismo, o drama do progresso viajaria até o outro século como uma “*nostálgica busca pela certeza*”²⁰.

A historicidade desse processo permite que se compreenda a natureza e a complexidade social das viagens. Ora, se consideramos a turismologia como uma “*ciência social das viagens*”, então podemos colocar as contribuições de Hobsbawm nesse sentido. Para ele, seria necessário distinguir o significado das viagens para os pobres e as massas, para as classes médias burguesas e para os magnatas, homens de negócio e aristocratas. Assim, a “*forma característica de viagem para o pobre era a migração*”, uma viagem por necessidade econômica e raramente prazerosa. Mas um naco de arcadismo pode ser visto em certos registros autobiográficos de artesãos vitorianos que testemunham viagens a pé, caminhadas campestres, por períodos restritos. Com o tempo, artesãos e homens do campo passaram a ficar mais dias nas cidades, além dos negócios nos mercados e feiras, esticando vícios e prazeres.

Lembremos que uma ideologia secular se impunha cada vez mais às classes sociais, independente de status e dinheiro, onde o próprio turismo religioso se profanava em mercadoria. Além do mais, o capitalismo industrial permitiu um fenômeno econômico que, não somente mudaria as relações no mundo do trabalho, mas lançaria as bases de novos direitos sociais: as “*pequenas excursões mecanizadas*” para as massas trabalhadoras a partir do “*turismo organizado*”. Nesse processo sobressai a individualidade de Thomas Cook, o primeiro a vender ócio e viagem de prazer, antes de se tornar uma das grandes fortunas do período vitoriano²¹. Os setores burgueses, especialmente as classes médias, passaram a praticar a viagem de verão com a família, onde os mais ricos preferiam as estações das águas. Em pouco menos de vinte anos, as classes médias britânicas faziam das viagens de férias a explosão dos passeios na beira do mar surgindo, assim, os melhoramentos litorâneos, as pousadas e hotéis em profusão e as primeiras intervenções públicas no disciplinamento do fluxo e hospitalidade dos turistas. Hobsbawm considera esse fenômeno como tipicamente “*de classe média e de baixa classe média*” e que o descanso anual era de fato “*uma instituição burguesa*”. Mas também não se pode esquecer que o ócio das altas rodas do poder modificava-

²⁰ HOBBSAWM, *A era do capital*, p. 21-25.

²¹ Hobsbawm parece dar pouca importância às consequências práticas de Thomas Cook, vendo-o apenas como mais um empresário vitoriano. Também desconheço estudos no Brasil sobre Thomas Cook e o contexto vitoriano. Sobre o “turismo moderno” uma boa síntese encontra-se em: REJOWSKY, Mirian (org.). *Turismo no percurso do tempo*. São Paulo: Aleph Editora, 2002, p. 41-70.

se com certo apelo aos esnobismos aristocráticos. Era notório na Europa continental o culto ao prazer, a estilização do tempo livre, os hotéis de luxo, os cassinos e os bordéis para magnatas do novo dinheiro e para homens de governo dos velhos impérios. Em meio a tudo isso, um mundo noturno desabrochava e, mais do que qualquer outra coisa, a mentalidade burguesa com seus nichos de consumismo e gula, apontava uma tendência secular, assim vista por Hobsbawm:

“(...) entretanto, o fígado era o grande nivelador, e as estações das águas minerais atraíram uma boa quantidade de ricos não-aristocráticos e profissionais de classe média, cujas tendências para comer e beber demasiadamente eram reforçadas pela prosperidade.”²²

Parece que uma história do balneário marítimo ainda está por se fazer dada a sua importância no padrão do lazer e turismo modernos, especialmente porque essa prática se disseminaria nos trópicos a partir do imaginário sol e mar, sombra e água fresca. A origem do turismo no sol tropical é datada do final do século 19, mais exatamente em 1896, com o início de Miami, nos Estados Unidos, como um balneário de sol e mar, ao contrário dos balneários europeus, calcados em praias terapêuticas e tonificantes do Oceano Atlântico, “*as margens tônicas*”²³.

Assim, para a ciência social das viagens, focar o turismo como um fenômeno de classes e de distinção de classes torna-se fundamental. Nesse caso, Hobsbawm aponta três fatores que seriam decisivos: a educação formal e universalista (escolarização), a disseminação dos esportes (competição e lazer) e a valorização da vida cotidiana (informação, cultura, costumes). Decerto que, entre 1875 e 1914, três grandes inovações produziram um turismo que, além de ser organizado, passou a ser visto como uma necessidade social e uma importante atividade econômica. São elas: 1) a indústria publicitária permitiu vender antecipadamente o lugar a ser visitado (a excitação pela viagem); 2) os modernos jornais e revistas passaram a descobrir lugares e paisagens encantadoras (a sedução dos paraísos); e, 3) a fotografia e o cinema fizeram com que as pessoas pudessem se ver nos lugares e paisagens e ainda fantasiar sobre eles (viagem de corpo e alma). Essas pequenas revoluções culturais e as transformações tecnológicas produziram a quebra de tabus e de tradições arraigadas²⁴.

Pode-se aventar que até mesmo o turismo foi um aspecto importante para romper alguns costumes patriarcais na virada do século 19 para o século 20, dado que

²² HOBSBAWM, *A era do capital*, p. 216-219.

²³ BOYER, Marc. *História do turismo de massa*. Bauru: Edusc, 2003, p. 21-29. Um texto notável a esse respeito sobre os balneários ingleses, é o do sociólogo John Urry. Ver: URRY, J. O turismo de massa e a ascensão e queda do balneário marítimo. In: _____. *O olhar do turista...*, p. 33-94. Sobre o turismo litorâneo no Brasil, as pesquisas se concentram em estudos de caso (ecologia e ocupação da orla marítima). No decorrer da década de 1990, apenas uma dissertação de mestrado focalizou a história do turismo. Essa situação levou uma pesquisadora a indagar: “*Onde encontrar, então, o panorama histórico do turismo no Brasil?*” Para ela, parte significativa das pesquisas acadêmicas em turismo, inclusive o turismo litorâneo, “*não apresenta uma forte fundamentação teórica, conceitual, histórica e, por vezes, metodológica*”. Ver: REJOWSKY, Mirian. *Turismo e pesquisa científica*. Campinas: Papirus, 1996, p. 95-103.

²⁴ HOBSBAWM, *A era do dos impérios*, p. 233-269.

essas novidades não eram exatamente refratárias às mulheres. Pelo contrário, Thomas Cook tinha predileção em organizar viagens exclusivas para mulheres, saindo da Inglaterra para o continente. Mais do que para os homens a viagem de prazer e ócio para as mulheres, especialmente para as das classes médias urbanas, teria um inconfundível simbolismo de libertação²⁵. Essa indústria avassaladora produziria viagens de descobertas, encontros amorosos e o despertar de sexualidades fugidias. Hobsbawm não deixa de lembrar a importância dos estudos freudianos desse período e o desenvolvimento de uma tradição psicanalítica e psicológica sem precedentes que, com grande esforço de pesquisa, delimitou no âmbito do capitalismo, “o enorme poder, ubiqüidade e multiformidade do impulso sexual”²⁶.

Para concluir esses aspectos analisados das historicidades modernas, na abordagem de Eric Hobsbawm, destacaria uma coletânea de ensaios que ele organizou escrevendo também a introdução e o capítulo final. Nessa obra, Hobsbawm sistematiza o conceito de “tradição inventada”, um dos pressupostos fundamentais para o estudo e análise do turismo cultural e patrimonial no contexto das tradições modernas. Assim, por tradição inventada

*“entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.”*²⁷

Desta forma, os elementos do passado, remotos ou recentes, passam a ser usados e reconstruídos no limites das lutas políticas contemporâneas. O próprio presente vai sendo feito e inventado de acordo com o vasto repertório da história e dos feitos e artefatos do passado que, se herdado constitui uma apropriação e, se descartado, forma um deliberado esquecimento. Exemplos mais cabais dessas tradições seriam as lutas e discursos em torno do dogma do trabalho e do seu avesso, o direito ao ócio²⁸.

²⁵ Embora não discuta diretamente a mulher no contexto do turismo, mas o espaço público da mulher moderna, ver o trabalho da historiadora Michelle Perrot. PERROT, M. *Mulheres públicas*. São Paulo: Unesp, 1998.

²⁶ HOBBSAWM, *A era do dos impérios*, p. 376-377.

²⁷ HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). Introdução. In: _____ & _____. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-25.

²⁸ Essa questão crucial que atravessa o turismo, trabalho e ócio, foi discutida num texto que se tornou marginal na economia política. O autor, Paul Lafargue, foi um enigmático revolucionário e ativista político, casado com a filha de Karl Marx, que se suicidou com a mulher em 1911. Para ele, a máquina concederia os lazes e a liberdade para os trabalhadores e, o apego ao trabalho (que viu como uma nova religião), ao contrário, não passaria de uma paixão extravagante. Não por acaso, Lafargue mudou duas vezes o título do panfleto, de “direito ao lazer” para “direito ao ócio” e, finalmente, *Direito à preguiça: refutação da religião de 1848*: “Se, extirpando o vício que a domina e que avilta sua natureza, a classe operária se lavantasse em sua força terrível, não para exigir os Direitos do Homem, que não passam dos direitos da exploração capitalista; não para reivindicar o Direito ao Trabalho, que não passa do direito à miséria, mas para forjar uma lei de bronze que proíba

Portanto, essas tradições inventadas - o turismo não seria um excepcional laboratório de tradições? - não são exatamente aleatórias ou ingênuas, antes são sempre afirmadas a partir de “*uma linguagem elaborada, composta de práticas e comunicações simbólicas*”²⁹. Pode-se dizer que, tal como o turismo, o estudo da invenção das tradições não pode ser separado do contexto e das historicidades sociais, pois se trata de uma problemática que pressupõe várias abordagens científicas, numa palavra, exige a interdisciplinaridade para ser elucidada. Nesse caso, a transversalidade, temática e metodológica, parece se impor nas ciências da realidade, não como novidade mas como reconhecimento da “*pluralidade de conhecimentos*”³⁰.

Alguns exemplos dessas tradições modernas parecem muito óbvios para nós um século depois. Entre 1870 e 1914, por exemplo, formou-se uma “cultura futebolística” com uma constituição de cima para baixo: da aristocracia para a burguesia, da burguesia para as classes baixas urbanas e operárias. As ocasiões esportivas passaram a fazer parte das festividades públicas, lembre-se das primeiras olimpíadas da era moderna em 1896. As invenções políticas se disseminaram em torno do nacionalismo e da luta de classes: bandeiras, hinos, canções, desfiles patrióticos, paradas militares, monumentos aos heróis nacionais, celebração dos mártires da causa operária, dia do trabalho, os gostos e as modas urbanas de extração popular.

Com efeito, essas práticas predominaram em menos de 50 anos, como disse Hobsbawm, “*não apenas no esporte, mas nos costumes e cultura material em geral, dada a força do esnobismo entre as classes médias e dos valores do aprimoramento e progresso pessoal entre as elites da classe operária*”. Portanto, não seria errôneo afirmar que, na medida em que a prática turística se assentava como um negócio nas sociedades capitalistas avançadas, mais ela se afirmava no vasto pragmatismo da “*produção em massa de tradições*”³¹.

Gestão patrimonial e educação dos sentidos

Com efeito, se pensarmos na prática turística no Nordeste do Brasil e, especialmente no Nordeste oriental (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), não é exatamente ao passado colonial que devemos indagar, mas a esse “*mosaico regional*”, na feliz expressão de Manuel Correia de Andrade³². Esse passado

o trabalho além de três horas diárias, a Terra, a velha Terra, tremendo de alegria, sentiria brotar dentro de si um novo universo. Mas como exigir de um proletário corrompido pela moral capitalista uma decisão viril? (...) Preguiça, tenha piedade de nossa longa miséria! Preguiça, mãe das artes e das virtudes nobres, seja o bálsamo das angústias humanas!”. LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. Introdução de Marilena Chauí. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999, p.112.

²⁹ HOBBSAWM & RANGER, *A Invenção das Tradições*, p. 14.

³⁰ Remeto essa discussão ao belo trabalho de Peter Burke. BURKE, P. *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 11-24.

³¹ Ver especialmente o último capítulo de HOBBSAWM & RANGER, *A Invenção das Tradições*, p. 271-316.

³² Ao que tudo indica a expressão Nordeste oriental remonta à década de 50, quando pesquisadores do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais publicaram a série monográfica *Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental*. Entretanto, ao explicar o “mosaico regional” do Nordeste, Manuel

patrimonial, estético e social está à nossa frente, cara a cara, rico, indigno e violentamente histórico. É preciso partir do óbvio e admitir que não escolhemos esse nosso passado, que conta o peso dos mortos, as infâmias raciais, as carnificinas sociais. Muitas vezes, nele, achamos somente memória histórica e arqueologia dos saberes. Não, isso é um equívoco unidimensional. A história está aqui, somos nós mesmos, homens e mulheres do tempo presente, duração para trás e para frente, herdeiros de uma colonialidade - colonização, colonialismo e colonizado - que não se finda pela estatística econômica, que se impõe a reflexão turismológica da gestão pública.

Por que a panacéia de se pensar apenas no turista se todas as pesquisas indicam que o turismo começa apenas quando há distribuição de renda? Para que trabalhar duro, apalavrar o turista, se o nepotismo impera na coisa pública? Para que estudar, pesquisar e refletir (jantar o fenômeno noite após noite) se a especialidade não é respeitada na prática turística? Para quem serve o turismo se não sabemos cuidar das nossas coisas e lugares? E menos ainda de nossas crianças e velhos? De que adianta vociferarmos contra as perdas regionais (obviamente que jamais teremos uma Avenida Paulista) e acusarmos um modelo de federação sabidamente frágil e barroco?

Parece não ser uma boa fórmula fundamentar as políticas públicas para o turismo anunciando sempre a metafísica dos costumes e a retórica de uma boa vontade sem restrições. O gestor público deve iniciar e terminar a gestão patrimonial considerando como primeiro patrimônio as pessoas, os seus recursos e os seus destinos humanos (moradores, heranças e turistas). Ora, são as pessoas socialmente existentes e não o mercado ou o destino paradisíaco que são meio e fim da prática turística. No contexto republicano, existir significa, segundo Paul Ricouer, “*escapar a toda produção, a toda manipulação*” e ainda não se incluiu na nossa cultura política a prova da convicção na gestão pública. Administrar a coisa pública na dimensão do turismo não é se apegar à teoria da justiça, mas trabalhar política e cientificamente no “*círculo da demonstração*”³³.

O testemunho e a experiência de Eduardo Yáziqi sobre o aparelhamento da administração social e o planejamento espacial do turismo levam-nos a seríssimas reflexões sobre a urgência da gestão republicana da Coisa Pública. Ele sustenta que o maior problema para o turismo no Brasil não é exatamente a escassez de recursos nem a economia parcialmente dependente, mas sim as mentalidades,

Correia de Andrade fala sempre da Região da Mata e do Litoral Oriental que, a seu ver, “*estende-se desde o Rio Grande do Norte até o sul da Bahia, sempre ocupando terras situadas a leste da região nordestina*”. Das quatro grandes regiões consagradas pela tradição (Mata, Agreste, Sertão e Meio-Norte), pelo menos três delas são constitutivas do Nordeste oriental, onde, não raras vezes, a caatinga divisa com a praia e a chegada ao sertão não dura mais do que duas horas de automóvel. De modo que, na dimensão do turismo, penso ser mais adequado trabalhar com a categoria Nordeste oriental, abrangendo os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, desde o Ceará-Mirim até a foz do Rio São Francisco. Ver: ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 6. ed. Recife: Editora da UFPE, 1998, p. 23-57.

³³ RICOUER, Paul. O círculo da demonstração. In: _____. *Em torno ao político*. São Paulo: Edições Loyola, 1995, p. 129-142.

que se traduz numa incapacidade assustadora para o “*planejamento das coisas banais*”. A concepção predominante nos planos de governo, segundo Yázigi, é a constituição de gavetas burocráticas, que separam a economia, a cultura, o turismo e a animação. De sorte que, na maioria das vezes, os gestores públicos não são bons combatentes e naturalizam a pobreza, a degradação do território, as tecnologias erradas e o mau uso da memória. Ainda, segundo Yázigi, para “*a maioria dos prefeitos do Brasil, o turismo assemelha-se à fada-madrinha, que de repente transforma a abóbora em carruagem. Eles pretendem ser seus tutores, mas de pronto percebem que a magia não é possível. A bem da verdade, minhas consultorias revelaram não só que eles nem sabem por onde começar (sem visão de processo), como se limitam a ingenuidades inócuas*”. Essas atitudes quixotescas do querer ser ao crer que já se é, ou seja, do trágico ao cômico, só podem merecer do especialista em turismo “*compaixão ou represália*”³⁴. Constata-se, pois, que a república turística (federação, estado, município) não existirá sem uma revolução nas mentalidades, a partir das gestões municipais.

Com efeito, parece que repudiamos conservadoramente o futuro, sempre inescapável e fugidio, como se fôssemos incapazes de apressá-lo, de dar resolução às enormes tarefas históricas do presente. Pois se o turismo for apenas memória, pedra e cal, ecologismo de escoteiro e libido à inglesa (*summer, sun and sex*) devemos odiar visceralmente o turismo. Se for assim, e se parte da sociedade contentar-se em que seja assim, então seria melhor advogar o cinismo ético de uma vez por todas. No lugar das escolas públicas nos bairros, abrir-se-ão casas de prazeres íntimos gendrados (arquitetura tropical, claro) com cursos sistemáticos do tipo “*bundinha na garrafa*” regulados, financiados e fiscalizados pelo governo, logo, públicos, gratuitos e de qualidade. No capítulo especialmente escrito para a sexta edição de seu clássico livro, Manuel Correia de Andrade denunciou a existência de “*escolas de formação de prostitutas*” para o turismo e o aumento vertiginoso da prostituição infantil numa economia regional de “*oferta turística*”³⁵.

Na perspectiva de uma economia de novo tipo, uma política pública não pode desconsiderar que o deslocamento de pessoas e de suas derivadas satisfações de lazer e recreação constitui uma necessidade cultural de sociedades complexamente urbanizadas e, portanto, da civilização industrial. A improvisação das práticas turísticas não condiz com a importância do turismo para a economia e para o conjunto da sociedade. Um exemplo a ser lembrado de gestor público seria o do ministro socialista francês Jean Zay que, ainda na década de 1930, insistia com os prefeitos de departamentos para que criassem políticas de turismo consistentes para as suas comunidades, que pensassem e fizessem com elas, que considerassem a felicidade das pessoas e o desenvolvimento social e econômico. Jean Zay, político

³⁴ YÁZIGI, Eduardo. *Turismo: uma esperança condicional*. 3. ed. São Paulo: Global, 2003, p. 153-63.

³⁵ “*Estes fatos são provocados pelo desemprego generalizado e agora intensificado devido ao processo de globalização e ao neoliberalismo, assim como aos baixos salários. Em entrevista, uma prostituta de menor idade afirmou que se prostituía porque em uma noite com um ‘gringo’ ganhava mais do que em um mês como empregada doméstica em casa de família, com direito a salário mínimo, e demais, na casa de família também era usada sexualmente sem direito à remuneração*”. ANDRADE, Manuel Correia de. O Nordeste e o impacto da globalização. In: _____, *A terra e o homem no Nordeste*, p. 227-240.

e homem público, partia do pressuposto de que era preciso popularizar o turismo pela educação e pela cultura, fortalecendo, assim, o lazer e a recreação locais. Parece um tanto evidente que, nos marcos sociais e políticos do tempo livre, não se pode pensar recreação e lazer com equipamentos culturais e espaços escolares fechados nos feriados e fins de semana. Uma educação dos sentidos não se realiza sem um mínimo de protagonismo social³⁶.

Seria tão difícil para um prefeito e sua equipe planejarem e executarem uma política dessa natureza? Organizar o banal, prover o legítimo, administrar o óbvio talvez seja o bordão mais elementar de uma gestão pública capaz de inventar o turismo. Olhemos em nossa volta: Tambaba, a praia de naturismo com tradição no Nordeste foi inventada para aqueles que venceram o dragão da vergonha de si. Se os operadores privados do turismo podem pensar em indústria e serviços de turismo, cabe ao gestor público a preocupação com a construção da sociedade do lazer e da recreação nas temporalidades livres. Esta seria, portanto, a cultura política do turismo popular que, nesse início de milênio, poderia se opor à hegemonia da natureza comercializada ou da venda do passado que, muitas vezes, recebe o nome da moda: turismo sustentável³⁷. Essa seria a perspectiva de um gestor público exemplar:

*“o homem que trabalha tem necessidade de se recriar durante estas horas de lazer. Para responder a esta necessidade, o turismo, que é uma das formas mais saudáveis e mais agradáveis da vida ao ar livre, deve ser colocado ao alcance de todos durante os fins de semana e as férias.”*³⁸

Portanto, se a obrigação do trabalho (depois evoluiria para um direito) insere-se nas exigências históricas das sociedades urbanizadas, o direito ao lazer, nas férias e finais de semana, deve ser arrolado nas prerrogativas dos direitos civis (incorporando a noção mais democrática de direitos da pessoa e não do indivíduo) e, por isso mesmo, inalienável, intransferível e imprescritível. E, sempre falando nos marcos das lutas econômicas e culturais do modo capitalista de acumulação,

³⁶ Essa discussão pode ser vista em: BOULLÓN, Roberto C. *Atividades turísticas e recreativas: o homem como protagonista*. Bauru: Edusc, 2004, p. 127-50.

³⁷ Não se pode perder de vista a tese dos críticos do turismo sustentável de que, na prática turística, o fetichismo da mercadoria é potencializado na monumentalização da própria barbárie. Nesse sentido, a sétima tese sobre a história, de Walter Benjamin, paira como uma ira talmúdica sobre os operadores do turismo: todos os bens culturais têm origem no triunfo dos dominadores. Dito isso, o turismo sustentável seria levado a efeito, ainda, pela espetacularização da paisagem e domesticação da cultura, numa clara e evidente apropriação do visual e do estético. Tal seria a tese de Immanuel Wallarstein, de que o capitalismo - a civilização capitalista - tem conseguido seduzir até suas vítimas e oponentes. Ver críticas ao turismo sustentável em: OURIQUES, Helton Ricardo. *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas: Editora Alínea, 2005, p. 49-67; RODRIGUES, Arlete Moysés. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A. & CRUZ, Rita de Cássia A. da (orgs.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 55-62.

³⁸ Circular de Jean Zay para os prefeitos de departamentos franceses, Direção dos Esportes, Lazer e Educação Física do Ministério da Educação Nacional, março de 1939. A construção de parques públicos, equipamentos comunitários, isenção de impostos no período de férias, financiamento de viagens e recreação foram medidas tomadas na década de 1930, na França, que inventaram o turismo social e a sua rentabilidade. Ver: BOYER, *História do turismo de massa*, p. 141-147.

se as propostas democráticas se realizarem na dimensão plural da cultura, o turismo “*poderá ser fonte de fecunda renovação*”, como disse Ulpiano Bezerra de Meneses, ou, o contrário, apenas facilitará “*a pasteurização exigida pelo mercado*”. Ainda segundo o historiador uspiano, seria necessário “*desfetichizar o campo da cultura*”, pois mesmo que lamentemos a estupenda eficácia do comércio de prazeres e emoções nas invenções turísticas, devemos sempre lembrar que “*o eixo da compreensão terá que estar, não nas coisas, mas nas relações da sociedade com as coisas e, mais ainda, dos homens entre si, na sociedade*”³⁹.

Nesse sentido, parece não haver nenhuma resistência epistemológica ao fato de que o turismo é um fenômeno civilizacional das sociedades capitalistas (urbanas e industriais). Já falamos disso na segunda parte dessas reflexões. Retomaria apenas na dimensão das políticas públicas para o turismo e de uma educação para os sentidos, uma vez que as realidades que Paul Ricouer chamou de utensílios, instituições e valores, são consideradas as linhas de eficácia da educação política nos destinos turísticos. Mais do que instrumentos, máquinas e equipamentos, os utensílios adquiridos e inventados são “*testemunhos culturais duráveis*”. Nas sociedades turísticas, os utensílios são objetos prospectivos, planejáveis, planejados e, doravante, governantes e governados, somos responsáveis pela sua regulação e seus destinos coletivos. O filósofo entende que, na escolha coletiva dos utensílios, deve ser sublinhada a intervenção das políticas públicas. Por outro lado, mais do que um conjunto de hierarquias e siglas, as instituições regulam as relações sociais de modo normativo, formam o complexo do direito mais caracteristicamente abstrato. Entretanto, as instituições não perdem as suas marcas sociais e se representam no político, isto é, no “*exercício da decisão e da força no nível da comunidade*”. Segundo Ricouer, a originalidade do fenômeno político não pode ser confundida com os usos técnicos e econômicos dos utensílios, uma vez que a decisão política e o exercício da força pelo poder público nunca podem ser adquiridos, precisam ser constantemente negociados e estão sempre à prova do tempo, vale dizer, das ansiedades humanas. Quando se pratica o turismo parece haver certa evasão ingênua das realidades hobbesianas, e não se opera com a lógica de que “*a dinâmica institucional está ligada a estruturas determinadas, irreduzíveis a todas as outras: as do poder*”.

Por fim, arrolemos os valores, tão concretos quanto os utensílios e tão evidentes quanto as instituições, dado que são “*a substância mesma da vida de um povo*”. Nesse sentido, cada grupo histórico é portador de uma escolha existencial e se define pela sua singularidade ética ligada “*a uma tradição, a uma memória, a um enraizamento arcaico*”. Com efeito, “*é só pelo conjunto das atitudes concretas, modeladas pela imaginação valorizante, que o fenômeno humano se realiza historicamente*”⁴⁰. Ora, o turismo não seria para nós, contemporâneos da virtualidade, o misterioso destino de uma diversidade de línguas e literaturas, de experiências morais e políticas, de espiritualidades e volições? Enfim, de finitudes históricas que também serão as nossas? Talvez não seja nenhuma ironia advogar

³⁹ MENESES, Ulpiano Bezerra de. Os ‘Usos Culturais da Cultura’: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, CARLOS. & CRUZ, *Turismo...*, p. 88-99.

⁴⁰ RICOUER, Paul. Tarefas do educador político. In: _____. *Em torno ao político*, p. 145-60.

que a prática e os saberes turísticos possam ainda nos levar à condição republicana, sem demônios e sem tristes fins⁴¹.

Ao término dessas reflexões sobre as contribuições historiográficas para a turismologia que, insisto, trata-se de uma ciência nova e não de uma disciplina ou conjunto de técnicas operacionais de viagem e hospitalidade, apenas enfatizarei a tendência do estado da arte na historiografia brasileira. Decerto que ainda são indicações precárias, mas não invalidam o desejo de uma caminhada partilhada e necessária.

Apesar da falta de diagnóstico e de trabalhos de síntese, pode-se dizer que os historiadores brasileiros ainda relutam em perceber o turismo como um objeto de estudo e de pesquisa. Não quero com isso desconhecer as importantes contribuições em coletâneas recentes que apenas realçam essa inequívoca raridade⁴². Essa perspectiva soa um tanto contraditória tendo em vista que a produção historiográfica brasileira não ficou alheia à revolução historiográfica dos franceses e alhures. Ao contrário, talvez seja no Brasil que a recepção historiográfica sobre novos objetos e novas fontes tenha se verificado com maior intensidade. Mas esse processo intelectual de conhecimento novo não foi capaz de gerar uma intervenção social em projetos e ações para as comunidades potencialmente turísticas, isto é, para os moradores das cidades históricas brasileiras e, especialmente, as nordestinas. Pelo menos, nos últimos anos, alguns esforços teóricos redundaram em conjuntos de textos e mesmo livros onde predomina a focalização da historiografia que discute patrimônio e história cultural⁴³. Entretanto, parece ser ainda muito pouco pelo significativo avanço da turismologia brasileira que, mesmo assim, recebe críticas pela insistência nos modelos analíticos, pela inconsistência teórica no que se refere

⁴¹ FLORES, Elio Chaves. *A condição republicana: eventos de ironia e sátira*. João Pessoa: Editora Manufatura, 2003, p. 19-44.

⁴² Ver REJOWSKY, *Turismo no percurso do tempo*. Dos seis autores que participam da coletânea, dois são historiadores de formação. Em outra coletânea que discute a interpretação, com *status* de disciplina para os estudos de turismo, dos doze autores, uma historiadora participa com dois artigos: Doia Freire. Ver: FREIRE, D. História oral, memória e turismo cultural. In: MURTA, Stela Maris & ALBANO, Celina (orgs.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Território Brasilis, 2002, p. 121-30. FREIRE, D. Oficinas de cultura e turismo em Minas Gerais: o exercício do olhar local. In: MURTA & ALBANO, *Interpretar o patrimônio...*, p. 193-200. Outra importante coletânea, publicada em dois volumes, dos 31 autores que assinam os artigos, apenas dois são historiadores. Ver: CAMARGO, Haroldo Leitão. Fundamentos multidisciplinares do turismo: história. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (org.). *Turismo: como aprender, como ensinar*. Vol. 1. 3. ed. São Paulo: Editora Senac, 2003, p. 33-83. SERRANO, Célia Maria de Toledo. O "produto" ecoturístico. In: ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (org.). *Turismo: como aprender, como ensinar*. Vol. 2. 3. ed. São Paulo: Editora Senac, 2003, p. 203-34. Outra coletânea de ensaios significativos, rica no diálogo entre sociólogos, antropólogos, museólogos (conta com dois historiadores), é a de Regina Abreu e Mário Chagas. Ver: ABREU, R. & CHAGAS, M. (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

⁴³ Ver: FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime (orgs.). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2002. MENESES, José Newton Coelho. *História & turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. PESAVENTO, Sandra Jatthy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003. Algumas questões teóricas e ensaios sobre literatura de viagem constituem as reflexões do dossiê Viagens e Viajantes, na *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH - Associação Nacional de História, v. 22, n. 44, 2002, p. 267-392.

à economia política e pela adesão ideológica ao turismo capitalista, uma espécie de miraculosa água benta para as economias regionais⁴⁴.

No tocante ao Nordeste oriental, as contribuições da historiografia parecem ainda menos promissoras para a turismologia e para a prática turística. Com apenas um Programa de Pós-Graduação consolidado (Pernambuco) e dois em fase implantação (Paraíba e Rio Grande do Norte), embora com vários cursos de história nas universidades públicas federais e estaduais, a comunidade de historiadores do Nordeste oriental sente-se ainda presa às raízes do estadualismo, do municipalismo e das parentelas oligarquizantes de um século que não é o nosso. Se alguma superação pudesse vir desses recortes jurisdicionais - para além das gestas dos latifúndios e das Casas Grandes e Sobrados historiados nos panegíricos dos Institutos Históricos - seria a de radicalizar os pressupostos ginzburgianos da circularidade das culturas, os conflitos e as lutas de classe culturais⁴⁵.

Embora correndo o risco da simplicidade e do enquadramento teórico, prática suscetível a qualquer ensaio introdutório, pode-se dizer que a historiografia existente no Nordeste oriental deita raízes regionais em duas principais vertentes teóricas: de um lado, os furtadeanos que, apoiados pelas teses de Celso Furtado sobre o desenvolvimento regional brasileiro, conseguiram transitar da economia política para a cultura material dos canaviais e dos sertões; de outro lado, os gilbertianos que, herdeiros da história social de Gilberto Freyre e de sua vasta narrativa, ajuntados com certa francesia foucaultiana, descortinaram brilhantemente muitos discursos, ditos e palavras mas ainda deixam-nos à espera das grandes teses sobre os processos e as realidades tangíveis. Diria mesmo que essas tradições historiográficas são inescapáveis à pesquisa e ao ensino do turismo na região oriental. Por outro lado, penso que as contribuições de Mário de Andrade são imprescindíveis para se pensar o turismo no Nordeste oriental, especialmente as suas propostas de políticas culturais e a dimensão, peculiar ainda hoje, de patrimônio espiritual anotado nas suas viagens etnográficas pelo Norte e Nordeste do Brasil⁴⁶.

Considerações Finais

Deve-se reconhecer que, em várias ocasiões, os turismólogos convocaram os cientistas da natureza e os cientistas sociais para a enorme jornada que se tem pela frente: a construção de uma ciência nova cujos resultados só podem fazer avançar o turismo social e culturalmente democrático⁴⁷. Cabe, portanto, aos poderes

⁴⁴ Ver OURIQUES, *A produção do turismo*, especialmente o capítulo "Produção Científica em Turismo: síntese crítica", p. 69-90.

⁴⁵ Ver: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991. GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁴⁶ Pretendo estudar as contribuições do autor paulista pelas suas viagens e análises etnográficas ao Nordeste e sua intuição progressista (ou seria revolucionária?) sobre o patrimônio cultural e espiritual das comunidades etnografadas, pois, ele mesmo se identificava como um aprendiz de turista. Ver: ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. São Paulo: Livraria Duas Cidades; Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

⁴⁷ Destaque para o Congresso Internacional de Geografia e Planejamento do Turismo, que teve por

públicos, uma apropriação e aplicação mais rápida dos conhecimentos produzidos para que os roteiros regionais de turismo se insiram na economia política. Para que essas paisagens regionais e locais não apenas encantem os turistas e os visitantes, mas, que antes de tudo, sejam dignos de produtores de república entre os seus moradores e viventes.

Não há como negar que, para o Nordeste Oriental, essa perspectiva paira como um axioma: estamos condenados ao turismo (e ao turista) que pode vir a ser - ainda não o é - um dos pilares de sustentabilidade da cidadania numa sociedade também condenada a ser multicultural e multirracial. De fato, ainda não existe prática turística republicana nem democracia racial e nem democracia econômica. Mas, como não evocar aqui a quarta tese benjaminiana sobre o curso da nossa existência: nas fáusticas lutas sociais um sol se levanta no céu da história para iluminar coisas brutas e materiais, “*sem as quais não existem as refinadas e espirituais*”⁴⁸. Esse seria o tempo vivo da transformação. Nesse caso, pesquisar o fenômeno turístico (tarefa dos turismólogos), adotar os princípios republicanos na gestão patrimonial (condição para os gestores públicos) e praticar um turismo social e ao mesmo tempo segmentado que produz renda e rentabilidade (espaço dos operadores e das comunidades) não deixam de ser poderosos elementos de superação dos preconceitos raciais, sociais e regionais, tão aviltantes na economia política do Brasil contemporâneo.

Com efeito, parece não ser mais nenhum absurdo afirmar que o acesso às viagens e ao turismo está inscrito no constitucionalismo brasileiro e deve ser preocupação dos governos afirmativos como um direito: um direito social básico como a saúde, educação, moradia e segurança. Pois, somente quando o cidadão consegue fazer turismo é que ele começa, na feliz expressão de Paul Lafargue, “*a praticar as virtudes da preguiça*”. E que virtudes seriam essas que se inscrevem nos manifestos revolucionários? Todas aquelas proporcionadas pela história que, numa ação cupida sem precedentes, flecham o olhar do ser protagonista para o livre pensamento, a espiritualidade, o diálogo consigo (de si para si), a interpretação das heranças e tradições culturais e, por último, sem ser o menos importante, para o encantamento com o Outro, saudade rediviva de uma viagem que jamais se finda. Uma cultura escolar turismológica seria, portanto, a capacidade de construir uma educação dos sentidos, pública e patrimonial, para que crianças e jovem não sucumbam no esquecimento de si mesmos, o mais grave sintoma de uma amnésia social cultivada pelos profetas da Mão Invisível, o Mercado. Uma utopia propedêutica levanta os nossos olhos do chão amargurado do Agora: não há como negar que no mais árido dos desertos mentais ainda é possível a educação pela pedra, a pedra removida do meio do caminho.

título *Sol e Território*, realizado de 16 a 22 de julho de 1995, na Universidade de São Paulo, cujo presidente foi o saudoso Milton Santos.

⁴⁸ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. (Obras Escolhidas, v. I). São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 223-224.

RESUMO

O conhecimento científico que se produz no tempo presente não pode prescindir do legado cultural que possibilitou as estruturas da modernidade esclarecida. Um conhecimento novo herda, pelo menos, as respostas insatisfatórias daquele que foi capaz de superar. O presente trabalho parte da hipótese de que aquilo que deveria ser (no campo da ciência, da história e da política) pode se processar na dialética das necessidades e dos antagonismos sociais. Por conhecimento novo entende-se a turismologia, vista como a ciência social das viagens. O diálogo proposto com a historiografia tornaria possível novas pesquisas sobre o patrimônio e as heranças históricas. A dimensão teórica desse trabalho tem como pressuposto pensar historicamente o turismo no Nordeste oriental (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas) considerando a gestão patrimonial e a educação dos sentidos.

Palavras-Chave: Historiografia; Turismologia; Patrimônio.

ABSTRACT

The scientific knowledge that it is produced in the present times cannot abstract of the cultural legacy that made possible the structures of the illustrious modernity. A new knowledge inherits, at least, the unsatisfactory answers of that was capable to overcome. The present work include the hypothesis that what should be (in the field of science, history and the politics) it can be processed in the dialectics of the needs and the social antagonisms. As a new knowledge we can understand tourism studies viewed as the social sciences of the trips. The dialogue proposed with the historiography would turn possible new researches on the patrimonial legacy and the historical inheritances. The theoretical dimension of the work here proposed has as presupposition to think about the tourism historically considered in the oriental Northeast (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas) covering the patrimonial administration and the education of the senses.

Keywords: Historiography; Tourism Studies; Patrimony.